

BRASIL NA OCDE: ESTRATÉGIAS PARA UM ALÍVIO ECONÔMICO NACIONAL POR MEIO DA ADESÃO, ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA

BRAZIL IN THE OECD: STRATEGIES FOR NATIONAL ECONOMIC RELIEF THROUGH ACCESSION, PUBLIC POLICY ANALYSIS, AND IMPLICATIONS FOR BRAZILIAN POLITICAL ECONOMY

Matheus Teles de Sousa¹

RESUMO

Este artigo investiga a potencial adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus impactos na economia nacional, com o objetivo de analisar como essa integração pode ser utilizada como uma estratégia para promover um alívio econômico substancial no país. Especificamente, o estudo examina os benefícios e desafios relacionados à adoção das normas e recomendações da OCDE, a partir de uma análise detalhada das políticas públicas e das peculiaridades da economia política brasileira. A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica e documental sobre as exigências da OCDE, bem como uma análise comparativa dos impactos da adesão em países que já integram a organização. A justificativa para este estudo reside na relevância crescente da OCDE como fórum global de melhores práticas econômicas e políticas, especialmente no contexto pós-pandêmico, onde a imprevisibilidade econômica elevou a importância de integrar-se a um grupo que centraliza decisões globais de alto nível. Os resultados indicam que a adesão do Brasil à OCDE pode aumentar a confiança dos investidores internacionais, impulsionar investimentos estrangeiros diretos, melhorar a transparência e eficácia das instituições governamentais, e servir como catalisador para reformas estruturais necessárias. Contudo, o estudo também destaca que o processo de adesão requer enfrentamento de desafios significativos, incluindo a necessidade de reformas no sistema previdenciário, trabalhista e tributário, bem como a adoção de políticas que promovam a sustentabilidade ambiental e a inclusão social. Em conclusão, a adesão à OCDE, apesar dos desafios, apresenta-se como uma oportunidade estratégica para o Brasil, capaz de promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: OCDE; Economia política; Políticas públicas.

¹ Advogado, pós-graduado em direito público e em advocacia cível e empresarial pela Faculdade Legale - FALEG.
- Contato: advmatheusteles@gmail.com.

ABSTRACT

This article investigates Brazil's potential accession to the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and its impacts on the national economy, with the aim of analyzing how this integration can be utilized as a strategy to promote substantial economic relief in the country. Specifically, the study examines the benefits and challenges associated with adopting OECD norms and recommendations, through a detailed analysis of public policies and the particularities of Brazilian political economy. The methodology employed includes a bibliographic and documentary review of OECD requirements, as well as a comparative analysis of the impacts of accession in countries that are already part of the organization. The justification for this study lies in the growing relevance of the OECD as a global forum for best economic and policy practices, especially in the post-pandemic context, where economic unpredictability has heightened the importance of integrating into a group that centralizes high-level global decisions. The results indicate that Brazil's accession to the OECD could increase international investor confidence, boost foreign direct investment, improve the transparency and effectiveness of governmental institutions, and serve as a catalyst for necessary structural reforms. However, the study also highlights that the accession process requires addressing significant challenges, including the need for reforms in the pension, labor, and tax systems, as well as the adoption of policies that promote environmental sustainability and social inclusion. In conclusion, despite the challenges, OECD accession presents a strategic opportunity for Brazil, capable of promoting sustainable and inclusive economic growth.

Keywords: OECD; Political economy; Public policy.

1. INTRODUÇÃO

A OCDE é uma instituição multilateral única, caracterizada por critérios rigorosos para a entrada de novos membros, que incluem a internalização de normas econômicas liberalizantes e o fortalecimento de relações políticas, especialmente com os Estados Unidos. Amplamente reconhecida como um clube seletivo, um *think tank* e um importante influenciador na governança econômica global, a OCDE promove uma agenda de reformas econômicas liberais avançadas que ultrapassam suas fronteiras. A organização se destaca por sua abordagem única na arquitetura internacional, buscando influenciar globalmente suas normas e políticas em vez de se tornar universal em termos de tamanho. Ao longo da Guerra Fria, a OCDE consolidou seu papel como um fórum para a promoção de normas convergentes entre seus membros em diversas áreas,

abrangendo questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Originalmente conhecida como o "clube dos ricos", a organização começou a diversificar sua composição na década de 1990, admitindo países em desenvolvimento. Após o colapso da URSS, a OCDE desempenhou um papel crucial na transição econômica dos antigos países soviéticos por meio do Programa Parceiros em Transição (PIT), focado em facilitar a transição para economias de mercado, estabilização macroeconômica e implementação de reformas estruturais, preparando-os para a adesão à Convenção da OCDE. Essas informações são fundamentais para compreender o papel dinâmico da OCDE na promoção de normas e padrões globais (Fortes; Pereira; Ramos, 2021; Fortes, 2020; Godinho, 2018).

Além dos países do Leste Europeu, a OCDE incorporou o México e a Coreia do Sul na década de 1990. O México ingressou em 1994, alinhado às negociações do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), enquanto a Coreia do Sul adotou medidas abrangentes de abertura comercial e desregulamentação antes de sua entrada (Davis, 2016). Ambos os países deixaram o Grupo dos 77 ao aderirem à OCDE. A partir dos anos 2000, a OCDE buscou ampliar sua influência, delineando estratégias como a do Relatório Noboru (2004), priorizando a expansão dos processos de adesão, fortalecimento de laços com economias emergentes, lançamento de programas de cooperação e ampliação de projetos além da economia, abordando temas como pobreza, gênero e educação (Godinho, 2018).

A entrada formal do Chile em 2010 refletiu uma mudança de abordagem, com políticas mais flexíveis e incentivos abrangendo áreas como proteção das mulheres, distribuição de renda, combate à desigualdade e preservação do meio ambiente. A OCDE enfatizou a flexibilidade nos processos de adesão, adaptando-se a circunstâncias específicas, mantendo, no entanto, padrões elevados (Fortes, 2020). Entre 2007 e 2016, foram delineados procedimentos de adesão para nove países, evidenciando a continuidade do novo processo (Fortes, 2020).

Visando ampliar sua relevância, a OCDE fortaleceu a cooperação com a África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia em 2007, considerando-os parceiros chave. Iniciativas destacadas incluíram programas regionais para Sudeste da Ásia, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África (Godinho, 2018; Fortes, 2020).

A crise financeira internacional a partir de 2007 impulsionou a organização a revisar conceitos e diretrizes, intensificando estudos e desenvolvendo iniciativas como o Base Erosion and Profit Shifting (BEPS) em parceria com o G20, visando abordar questões de transferência de lucros para países de baixa tributação.

Atualmente, 137 países discutem propostas para uma reforma global nas regras tributárias internacionais, abordando desafios relacionados à digitalização da economia e estratégias de evasão fiscal (Carvalho, 2020).

Em janeiro de 2022, a OCDE adotou uma abordagem inédita ao convidar simultaneamente seis países candidatos para iniciar formalmente a preparação ao processo de adesão: Argentina, Brasil e Peru na América Latina; Bulgária, Croácia e Romênia na Europa. Além da dimensão econômica, que busca promover reformas de mercado, a expansão da OCDE deve ser interpretada no contexto da crescente rivalidade entre os principais polos de poder global. A organização, como parte do compromisso de seus membros com o bloco ocidental, amplia a aliança transatlântica que se originou durante a Guerra Fria. Diante das incertezas sistêmicas, a OCDE emerge fortalecida como um projeto de governança econômica global do Ocidente, ampliando sua membresia exclusivamente na Europa e América Latina, reforçando as zonas de influência de seus fundadores. Os mais recentes membros plenos, Letônia, Lituânia, Colômbia e Costa Rica, refletem um processo de ampliação equilibrado entre países europeus e latino-americanos. Na América, a expansão da OCDE também está relacionada às preocupações dos Estados Unidos sobre o rápido crescimento da influência econômica chinesa na região. Em um cenário de reorganização hegemônica global, a OCDE destaca-se como a principal e mais influente organização internacional da qual a China não é membro pleno.

Bulgária, Romênia e Croácia, membros da OTAN e da União Europeia nos anos 2000, formalizaram seus pedidos de adesão à OCDE entre 2015 e 2017. A aprovação das negociações coincidiu com a escalada de tensões que antecedeu o início da guerra na Ucrânia em janeiro de 2022. Nesse contexto, Bulgária e Romênia enfrentaram exigências de Moscou para a retirada das tropas da OTAN de seus territórios. De acordo com dados da CNI, até o final de 2022, o Brasil aderiu a 43% dos instrumentos legais da OCDE, enquanto Romênia, Bulgária e Croácia

apresentaram adesões de 25%, 20% e 15%, respectivamente. Esses números indicam estágios iniciais de convergência com as normas da OCDE e sugerem que o avanço em seus processos de adesão pode ter sido impulsionado principalmente por considerações geopolíticas (Berlinger, 2022; Portal da Indústria, 2022).

Na América Latina, tanto o Brasil, durante a gestão Bolsonaro, quanto o Peru, sob a liderança de Pedro Castillo, receberam com entusiasmo a aprovação da OCDE para iniciar as negociações. Em contraste, a Argentina, sob a administração de Alberto Fernández, considerou a OCDE como um projeto do governo anterior (Macri), demonstrou maior interesse em se aproximar dos BRICS do que da institucionalidade econômica ocidental, não avançou nos compromissos solicitados e, como resultado, foi excluída da lista anunciada em junho de 2022, que incluiu apenas os outros cinco países.

Um dos fatores que inibem o crescimento da produtividade é a falta de um ambiente adequado de negócios para o país. Um cenário ideal, para a realização de bons investimentos, seria aquele ambiente de baixa incerteza, com crédito adequado, um sistema tributário mais simples, pois o atual dificulta as exportações, menos burocracia, qualidade melhor de infraestrutura e um menor custo da energia elétrica. Um cenário mais adequado possibilitaria que os custos brasileiros de produção não fossem maiores que o dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Algumas iniciativas tomadas pelo governo brasileiro facilitaram o acesso ao crédito nos últimos anos, como o cadastro positivo, o Pix, o Open Finance e a duplicata eletrônica, bem como o combate à corrupção, fazendo com que investidores estrangeiros ganhassem confiança para investir no Brasil. O Brasil, ainda está fora das correntes globais de valor. Precisa-se abrir mais a economia, o que envolve não só alteração da legislação de impostos de importação como a revisão de critérios técnicos de importação de produtos. Esse projeto auxilia o compilamento de ideias que ajudarão no alinhamento dos produtos brasileiros das normas técnicas internacionais de forma a gerar reserva de mercado para as empresas não limitando as economias de escala daquelas que queiram exportar, tornando o Brasil mais competitivo.

O aumento da concorrência pode melhorar o desempenho econômico de um país, abrir

oportunidades de negócios para seus cidadãos e reduzir o custo de bens e serviços para empresas e consumidores. Embora as leis e regulamentações sejam necessárias para o bom funcionamento de nossas sociedades e economias, em alguns casos elas podem dificultar a concorrência, restringindo o acesso ao mercado e levando a resultados piores para os consumidores. Em 2021, o governo brasileiro solicitou à OCDE que realizasse uma avaliação independente da concorrência nos setores portuários e de aviação civil do país, a fim de identificar possíveis barreiras à concorrência.

A avaliação foi realizada em cooperação com a Autoridade de Concorrência do Brasil (CADE). Envolveu a triagem de 230 peças de legislação em ambos os setores usando o Kit de Ferramentas de Avaliação da Concorrência da OCDE, revelando 550 barreiras potenciais à concorrência (consulte esta lista de legislação triada para obter mais detalhes). O relatório apresenta 368 recomendações que podem mitigar os danos à concorrência. Além disso, avalia o impacto que a implementação de recomendações específicas teria sobre a economia e uma estimativa conservadora indica uma economia entre R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão por ano em benefício dos consumidores brasileiros (Nonnenberg et al., 2023).

A economia brasileira enfrenta uma série de desafios. O país estava saindo de uma longa recessão quando o surto de COVID-19 atingiu, trazendo a economia de volta a outra recessão ainda mais profunda. A mais recente Pesquisa Econômica do Brasil da OCDE estima que a crise do COVID-19 fez com que o PIB encolhesse 5% em 2020. Isso foi seguido por um retorno ao crescimento de 5% em 2021, que deve desacelerar significativamente em 2022 para 0,6%, antes de escolher até 1,2% em 2023 (Nonnenberg et al., 2023).

O setor de aviação civil e portos avaliados neste relatório desempenham um papel importante para a economia brasileira. O setor da aviação civil é crucial para o seu desenvolvimento e integração econômica. Em 2019, representou 1,4% do PIB e 1,5 milhão de empregos, transportando cerca de 103 milhões de passageiros por ano e respondendo por mais de 33% de todos os passageiros transportados na América Latina. No setor portuário, as exportações e importações por meio de transporte aquaviário representaram mais de 98% das exportações brasileiras e mais de 92% das importações em termos de volume (OCDE, 2019).

Especialmente após a pandemia, as reformas para apoiar as empresas a crescer e competir internacionalmente permitiriam ao Brasil colher os benefícios da integração ao comércio global e enfrentar o aumento da pobreza e da desigualdade. Uma recuperação forte e inclusiva da crise que beneficie todos os brasileiros exigirá reformas para aumentar empregos, produtividade e comércio. As Revisões de Avaliação da Concorrência da OCDE fornecem uma análise das restrições regulatórias à concorrência nos países analisados e fazem recomendações de políticas específicas para a reforma. As recomendações resultantes permitem que os governos introduzam mais concorrência na economia e promovam um crescimento duradouro (Ferreira et al., 2022).

A busca constante por meios de fortalecer a posição econômica de um país é um desafio inerente às dinâmicas globais contemporâneas. Nesse contexto, a possível adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) emerge como uma oportunidade estratégica e crucial para redefinir os rumos da economia nacional.

A OCDE, como um fórum internacional, estabelece padrões e diretrizes que influenciam diretamente as políticas econômicas e sociais dos seus membros. A possível inclusão do Brasil, neste grupo seleto de nações, representa um marco significativo, oferecendo a oportunidade de aliviar pressões econômicas e promover reformas estruturais que impactam positivamente a estabilidade e o crescimento econômico. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender, de maneira aprofundada e inédita, como essa adesão pode ser otimizada para o contexto brasileiro, considerando as particularidades da economia política e as técnicas de governo vigentes. Diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: "Como a adesão do Brasil à OCDE pode ser estrategicamente utilizada como um instrumento para promover um alívio efetivo na economia nacional, considerando a interação entre as políticas públicas necessárias, as técnicas de governo implementadas e as peculiaridades da economia política brasileira?".

2. FUNCIONAMENTO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA OCDE

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi oficialmente criada em 30 de setembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE). A OCEE, estabelecida em 1948, desempenhou um papel fundamental na administração do Plano Marshall, cujo objetivo era a reconstrução econômica da Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial (Godinho, 2018). O Plano Marshall, com seu foco em reconstrução e cooperação econômica, preparou o terreno para a criação de uma organização que pudesse sustentar e ampliar esses esforços de cooperação em um contexto global.

A transição da OCEE para a OCDE marcou uma ampliação significativa das funções e da visão da organização. Enquanto a OCEE era principalmente um mecanismo europeu, a OCDE foi concebida com uma visão mais global. Sua missão era promover políticas que melhorassem o bem-estar econômico e social das pessoas ao redor do mundo. Com essa transição, a OCDE começou a incluir membros de fora da Europa, começando com os Estados Unidos e o Canadá, ampliando gradualmente para incluir países de diferentes continentes e economias em desenvolvimento (Godinho, 2018).

A OCDE rapidamente se estabeleceu como um influente fórum de discussão e cooperação internacional, abordando uma ampla gama de questões econômicas e sociais. Desde sua criação, a OCDE expandiu suas funções para incluir a análise e desenvolvimento de políticas públicas em áreas como comércio internacional, educação, inovação, emprego, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, e muito mais. Esse alargamento de escopo reflete a flexibilidade da organização em adaptar-se às mudanças econômicas globais e às necessidades emergentes de seus membros.

A OCDE opera através de uma complexa estrutura organizacional composta por diversos comitês especializados, grupos de trabalho e secretariados. Esses corpos são responsáveis por conduzir estudos, análises, e discussões sobre políticas públicas em várias áreas de interesse. O trabalho da OCDE é fundamentado em princípios de coletividade e cooperação entre os países membros, permitindo a troca de melhores práticas e a coordenação de políticas (Fortes, 2020).

Os comitês da OCDE são formados por representantes dos países membros, que se

reúnem regularmente para discutir questões específicas e desenvolver recomendações. Esses comitês cobrem uma ampla gama de áreas, desde políticas econômicas e financeiras até educação, saúde e meio ambiente. A OCDE também realiza avaliações e revisões por pares, onde os países membros revisam e comentam as políticas uns dos outros, promovendo uma cultura de transparência e aprendizado mútuo (Fortes, 2020).

A produção de relatórios e estudos detalhados é uma das principais funções da OCDE. Esses documentos oferecem análises aprofundadas sobre diversas questões econômicas e sociais, fornecendo aos formuladores de políticas dados e recomendações baseadas em evidências. A OCDE é conhecida por sua capacidade de reunir dados comparativos entre países, o que facilita a identificação de tendências globais e a avaliação do desempenho dos países membros em relação a padrões internacionais.

A OCDE desempenha um papel crucial na definição de normas e padrões internacionais em várias áreas de políticas públicas. Uma de suas funções mais importantes é a promoção de políticas econômicas que incentivem a liberalização do comércio, a competitividade e a inovação. Além disso, a OCDE promove a transparência governamental, a integridade e a boa governança, oferecendo diretrizes e ferramentas para a implementação de reformas nesses campos (Davis, 2016).

A influência global da OCDE é evidente em suas contribuições para o desenvolvimento de políticas que visam enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a digitalização da economia, e a desigualdade social. A OCDE, através de suas publicações e relatórios, fornece uma plataforma para a discussão de soluções inovadoras e baseadas em evidências para esses problemas. Por exemplo, iniciativas como o projeto Base Erosion and Profit Shifting (BEPS), desenvolvido em parceria com o G20, têm como objetivo combater a evasão fiscal por parte de multinacionais e garantir uma tributação mais justa (Carvalho, 2020).

Além de suas funções normativas, a OCDE atua como um fórum para a cooperação e o diálogo internacional. Reúne líderes e especialistas de todo o mundo para compartilhar experiências, discutir políticas e desenvolver soluções coletivas para desafios comuns. A organização também oferece assistência técnica e treinamento para países membros e não

membros, ajudando-os a implementar reformas e melhorar suas capacidades institucionais.

Em resumo, a OCDE tem se mostrado uma organização dinâmica e adaptável, capaz de responder às necessidades cambiantes da economia global. Sua abordagem abrangente e sua capacidade de reunir dados comparativos fazem dela uma fonte confiável de análises e recomendações para formuladores de políticas em todo o mundo (Godinho, 2018).

3. PROCESSO DE ADESÃO À OCDE

O processo de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um dos mais rigorosos no cenário internacional, exigindo dos países candidatos uma conformidade estrita com uma série de critérios econômicos, sociais e políticos. Para se qualificar, os países devem demonstrar um compromisso inequívoco com os princípios da economia de mercado, da democracia e dos direitos humanos. Este compromisso é avaliado através de um processo de revisão detalhado e abrangente, que frequentemente inclui a implementação de reformas significativas nas políticas e nas práticas governamentais dos países candidatos (Berlinger, 2022).

O procedimento formal de adesão inicia-se com um convite oficial da OCDE ao país candidato, seguido pela submissão de um Memorando Inicial de Adesão. Este documento detalha o status atual das políticas e práticas do candidato em relação aos padrões da OCDE. Subsequentemente, são realizadas revisões por comitês especializados da OCDE em diversas áreas, incluindo governança pública, economia, meio ambiente e direitos sociais. Cada revisão resulta em uma série de recomendações que o país candidato deve implementar para avançar no processo de adesão. Este processo de avaliação e ajuste interno pode durar vários anos, dependendo do grau de alinhamento inicial do país com os padrões da OCDE e da rapidez com que as reformas necessárias são implementadas (OCDE, 2022).

Exemplos recentes de adesão à OCDE incluem países como Chile, Letônia, Lituânia, Colômbia e Costa Rica. Cada um desses países passou por um processo rigoroso de reformas internas para alinhar-se aos elevados padrões da OCDE, refletindo suas jornadas distintas e os

desafios enfrentados ao longo do caminho.

O Chile, por exemplo, ingressou na OCDE em 2010, após implementar reformas substanciais em áreas como governança corporativa, políticas ambientais e regulação econômica. A adesão do Chile não só fortaleceu a sua economia, mas também melhorou significativamente a transparência e a eficiência das suas instituições públicas (Fortes, 2020).

A Letônia e a Lituânia, que se tornaram membros em 2016 e 2018, respectivamente, realizaram profundas reformas econômicas e institucionais. Estas incluíram a liberalização dos mercados, o fortalecimento da governança corporativa e a adoção de políticas sociais que promovem a inclusão e a equidade. A adesão à OCDE ajudou estes países a consolidarem suas transições para economias de mercado e a fortalecerem suas democracias pós-soviéticas (OCDE, 2019).

A Colômbia, membro desde 2020, focou em reformas que abordavam a corrupção, melhoravam a competitividade econômica e promoviam a sustentabilidade ambiental. O ingresso da Colômbia na OCDE simboliza um marco importante na sua busca por estabilidade e crescimento econômico sustentável, proporcionando um exemplo de como a adesão pode ser um catalisador para reformas abrangentes e de longo alcance (Godinho, 2018).

Costa Rica, o membro mais recente, ingressou em 2021, após implementar reformas significativas em áreas como justiça social, meio ambiente e educação. Este processo de adesão envolveu um rigoroso escrutínio e levou a melhorias tangíveis em muitas áreas de política pública, destacando a capacidade da OCDE de promover a governança eficiente e inclusiva (OCDE, 2021).

Os países candidatos à OCDE enfrentam uma série de desafios consideráveis ao longo do processo de adesão. Estes desafios incluem a necessidade de implementar reformas estruturais complexas, ajustar políticas para alinhar-se às normas da OCDE e, frequentemente, enfrentar resistência interna de setores que podem ser adversamente afetados por essas mudanças (Berlinger, 2022). As reformas exigidas podem abranger desde mudanças na política fiscal e tributária até melhorias na governança corporativa e na proteção ambiental.

Apesar dos desafios, a adesão à OCDE oferece benefícios substanciais. Primeiramente,

os países membros têm acesso a uma vasta rede de cooperação internacional, que facilita a troca de melhores práticas e a aprendizagem mútua. Esta rede inclui não apenas outros governos, mas também especialistas e organizações não governamentais que contribuem para o desenvolvimento de políticas eficazes.

Ademais, a OCDE oferece assistência técnica e suporte na implementação de reformas, ajudando os países a desenvolverem capacidades institucionais robustas. As recomendações da OCDE são baseadas em análises rigorosas e dados comparativos, proporcionando aos países membros uma base sólida para a tomada de decisões informadas (Fortes, 2020).

A adesão à OCDE também permite que os países influenciem as políticas globais, participando ativamente na elaboração de normas e padrões internacionais. Esta participação pode fortalecer a posição de um país no cenário global, proporcionando-lhe uma plataforma para defender seus interesses e colaborar em soluções para desafios globais (Godinho, 2018).

Além disso, a adesão à OCDE pode atrair investimentos estrangeiros, uma vez que ser membro da OCDE é frequentemente visto como um indicador de estabilidade econômica e boa governança. Isso pode resultar em maiores oportunidades de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS DA ADESÃO DO BRASIL À OCDE

O Brasil, a maior economia da América Latina, enfrenta uma série de desafios econômicos que limitam seu potencial de crescimento e desenvolvimento. A economia brasileira é caracterizada por uma grande diversidade setorial, com destaque para a agricultura, a indústria e os serviços. No entanto, o país enfrenta problemas persistentes, como a alta desigualdade social, a complexidade do sistema tributário e a baixa competitividade internacional.

A adesão à OCDE é vista como uma oportunidade crucial para o Brasil implementar reformas econômicas necessárias, melhorar a competitividade e atrair investimentos

estrangeiros. A integração ao grupo pode funcionar como um catalisador para mudanças profundas nas políticas públicas e nas práticas empresariais, resultando em um ambiente econômico mais estável e atrativo para investidores internacionais (Nonnenberg et al., 2023).

Para aderir à OCDE, o Brasil precisa implementar uma série de reformas estruturais e políticas para alinhar-se aos padrões exigidos pela organização. Entre as principais áreas que necessitam de atenção estão:

- **Simplificação do Sistema Tributário:** O sistema tributário brasileiro é conhecido por sua complexidade e ineficiência, o que dificulta a atividade empresarial e desestimula investimentos. Reformas tributárias que simplifiquem a estrutura de impostos e reduzam a carga tributária são essenciais para tornar o Brasil mais competitivo e atraente para investidores estrangeiros (Portal da Indústria, 2022).
- **Redução da Burocracia:** A burocracia excessiva é um dos principais obstáculos para o crescimento econômico no Brasil. A redução da burocracia e a desburocratização dos processos administrativos são cruciais para facilitar a abertura e o funcionamento de empresas, promovendo um ambiente de negócios mais dinâmico e eficiente (Portal da Indústria, 2022).
- **Promoção de um Ambiente de Negócios Mais Competitivo:** A promoção da concorrência e a redução das barreiras de entrada para novos negócios são fundamentais para estimular a inovação e o crescimento econômico. Reformas que incentivem a competitividade, como a melhoria da infraestrutura e a redução do custo da energia, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico do país (Nonnenberg et al., 2023).
- **Reformas Trabalhistas e Previdenciárias:** A modernização das leis trabalhistas e previdenciárias é essencial para aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho e garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Essas reformas são necessárias para alinhar o Brasil aos padrões da OCDE e promover um ambiente econômico mais equilibrado e inclusivo (Ferreira et al., 2022).

A adesão à OCDE pode trazer vários benefícios significativos para o Brasil, incluindo:

- **Maior Acesso a Mercados Internacionais:** A integração à OCDE pode facilitar o acesso do Brasil a mercados internacionais, aumentando as oportunidades de comércio e investimentos. A conformidade com os padrões da OCDE pode tornar os produtos e serviços brasileiros mais competitivos no mercado global (Ferreira et al., 2022).
- **Aumento da Confiança dos Investidores:** Ser membro da OCDE é um selo de qualidade que pode aumentar a confiança dos investidores internacionais no Brasil. Isso pode resultar em um influxo de investimentos estrangeiros diretos, estimulando o crescimento econômico e a criação de empregos (Nonnenberg et al., 2023).
- **Melhoria na Governança Econômica:** A adesão à OCDE pode ajudar a promover uma governança econômica mais transparente e eficiente. A implementação das recomendações da OCDE pode melhorar a gestão pública e a prestação de serviços, aumentando a eficácia das políticas econômicas (Portal da Indústria, 2022).
- **Economia Mais Sustentável e Inclusiva:** A integração às normas da OCDE pode ajudar o Brasil a promover uma economia mais sustentável e inclusiva. As políticas recomendadas pela OCDE frequentemente incluem medidas para proteger o meio ambiente, reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida da população (Ferreira et al., 2022).

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

A implementação das políticas públicas necessárias para a adesão à OCDE envolve uma interação complexa entre diversas áreas governamentais. As recomendações da OCDE frequentemente influenciam reformas em setores cruciais como educação, saúde, meio ambiente e segurança social, promovendo uma abordagem holística para o desenvolvimento econômico e social. Por exemplo, a OCDE enfatiza a importância de sistemas educacionais de alta qualidade, políticas de saúde pública inclusivas e sustentáveis, e práticas ambientais responsáveis como pilares para o crescimento econômico sustentável (Carvalho, 2020).

A conformidade com as normas da OCDE pode impulsionar o Brasil a adotar políticas

mais robustas e eficientes. Por exemplo, as diretrizes da OCDE sobre governança pública recomendam a implementação de práticas de transparência, accountability e participação cidadã, que são fundamentais para fortalecer as instituições democráticas e promover a confiança pública no governo (OECD, 2015). Além disso, as políticas de mercado de trabalho da OCDE incentivam a criação de empregos de qualidade, a proteção social adequada e a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho (OECD, 2019).

Estudos de caso de países que recentemente aderiram à OCDE demonstram como políticas públicas bem-sucedidas podem ser implementadas para atender aos critérios da organização. Por exemplo, o Chile e a Coreia do Sul implementaram reformas significativas nas áreas de educação e inovação para alinhar-se com as normas da OCDE.

O Chile, antes de sua adesão em 2010, realizou profundas reformas educacionais, focando na melhoria da qualidade do ensino e na ampliação do acesso à educação superior. Essas mudanças foram fundamentais para atender aos padrões educacionais da OCDE e promover um desenvolvimento econômico mais equitativo e inclusivo (Godinho, 2018). A Coreia do Sul, por sua vez, adotou uma abordagem inovadora para o desenvolvimento econômico, investindo pesadamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e na criação de um ambiente favorável para a inovação tecnológica. Essas reformas não apenas ajudaram o país a alinhar-se com os critérios da OCDE, mas também impulsionaram a Coreia do Sul a se tornar uma das economias mais dinâmicas e avançadas do mundo (OECD, 2018).

O Brasil enfrenta desafios significativos em termos de governança, incluindo a necessidade de combater a corrupção, melhorar a transparência e fortalecer as instituições democráticas. A adesão à OCDE pode servir como um catalisador para essas melhorias, promovendo uma governança mais eficaz e responsável.

A corrupção tem sido um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Segundo a Transparência Internacional, o Brasil ocupa uma posição medíocre no Índice de Percepção da Corrupção, indicando a necessidade urgente de reformas para combater práticas corruptas e promover a integridade no setor público (Transparency International, 2023). A OCDE oferece uma série de recomendações e melhores práticas para combater a corrupção,

que incluem a implementação de sistemas de controle interno rigorosos, a promoção da transparência nas transações governamentais e a criação de mecanismos eficazes de accountability (OECD, 2017).

Além disso, a adesão à OCDE pode ajudar o Brasil a fortalecer suas instituições democráticas, promovendo uma cultura de governança baseada em princípios de legalidade, transparência e participação cidadã. A OCDE enfatiza a importância de sistemas judiciais independentes e eficientes, de uma mídia livre e vibrante, e de uma sociedade civil ativa como componentes essenciais de uma democracia funcional (OECD, 2016).

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

A adesão do Brasil à OCDE representa uma oportunidade estratégica de longo prazo para promover o desenvolvimento econômico e social. A integração às normas internacionais pode ajudar a criar um ambiente de negócios mais favorável, aumentar a competitividade e promover o crescimento sustentável. Ao alinhar-se com as diretrizes da OCDE, o Brasil pode atrair mais investimentos estrangeiros diretos (IED), melhorar a eficiência do setor público e aumentar a transparência nas operações governamentais (Fortes, 2020).

Os benefícios de longo prazo da adesão à OCDE incluem a possibilidade de participação em um fórum global onde políticas econômicas são discutidas e melhores práticas são compartilhadas. Isso pode ajudar o Brasil a modernizar suas instituições e implementar políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Além disso, a adesão pode servir como um selo de qualidade, aumentando a confiança dos investidores internacionais e facilitando o acesso a mercados financeiros globais (OECD, 2021).

Para maximizar os benefícios da adesão à OCDE, é crucial que o Brasil continue a implementar reformas estruturais e adote políticas que promovam a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social. Essas medidas não apenas facilitarão a adesão à OCDE, mas também ajudarão a fortalecer a economia e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

- **Reformas Estruturais:** O Brasil deve continuar a simplificar seu sistema tributário,

reduzir a burocracia e promover um ambiente de negócios mais competitivo. Reformas no sistema previdenciário e trabalhista são essenciais para garantir a sustentabilidade fiscal e promover a criação de empregos de qualidade (Ferreira et al., 2022).

- **Inovação e Tecnologia:** Investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e promover a inovação tecnológica são cruciais para aumentar a produtividade e competitividade da economia brasileira. O Brasil deve criar incentivos fiscais para empresas que investem em inovação e estabelecer parcerias público-privadas para fomentar o desenvolvimento tecnológico (Godinho, 2018).
- **Sustentabilidade Ambiental:** Adotar políticas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental é fundamental para o desenvolvimento sustentável. O Brasil deve investir em energias renováveis, promover a agricultura sustentável e implementar políticas de mitigação das mudanças climáticas (OECD, 2019).
- **Inclusão Social:** Implementar políticas que promovam a inclusão social e reduzam as desigualdades é essencial para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui melhorar o acesso à educação e saúde de qualidade, promover a igualdade de gênero e criar oportunidades para grupos marginalizados (Carvalho, 2020).
- **Governança e Transparência:** Fortalecer as instituições democráticas e promover a transparência nas operações governamentais são cruciais para combater a corrupção e aumentar a confiança pública. O Brasil deve adotar práticas de governança pública recomendadas pela OCDE, como a implementação de sistemas de controle interno rigorosos e a promoção da participação cidadã (Nonnenberg et al., 2023).

Essas recomendações são baseadas em experiências de outros países que aderiram à OCDE e conseguiram implementar reformas bem-sucedidas. Ao seguir essas diretrizes, o Brasil pode não apenas facilitar sua adesão à OCDE, mas também garantir um futuro mais próspero e sustentável para sua população.

7. CONCLUSÕES

A possível adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) representa uma oportunidade estratégica de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do país. A OCDE, com sua extensa rede de membros e seu papel como fórum global de melhores práticas e políticas públicas, oferece um conjunto robusto de normas e recomendações que podem guiar o Brasil em seu caminho de reformas estruturais.

A adesão à OCDE pode proporcionar ao Brasil uma série de benefícios significativos. Primeiramente, o alinhamento com as normas da OCDE pode aumentar a confiança dos investidores internacionais, resultando em maior fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED). Isso pode ajudar a fortalecer a economia brasileira e promover o desenvolvimento de setores estratégicos. Além disso, a implementação das recomendações da OCDE pode melhorar a transparência e a eficácia das instituições governamentais brasileiras, ajudando a combater a corrupção e a promover a confiança pública.

A adesão à OCDE também pode servir como um catalisador para a implementação de reformas estruturais necessárias, como a simplificação do sistema tributário, a redução da burocracia e a promoção de um ambiente de negócios mais competitivo. Por fim, a participação na OCDE facilita o acesso a mercados internacionais e permite ao Brasil influenciar as políticas econômicas globais, promovendo um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

No entanto, o processo de adesão à OCDE não está isento de desafios. O Brasil precisa enfrentar uma série de obstáculos para alinhar-se aos padrões da organização. A implementação de reformas estruturais e a adaptação às normas da OCDE requerem um compromisso firme e esforços contínuos. Reformas no sistema previdenciário, trabalhista e tributário são essenciais para garantir a sustentabilidade fiscal e promover a criação de empregos de qualidade. Além disso, melhorar a governança e a transparência é crucial para aumentar a confiança pública e atrair investimentos.

O Brasil deve adotar práticas rigorosas de controle interno e promover a participação cidadã. Adotar políticas que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção

ambiental é fundamental para o desenvolvimento sustentável. Investimentos em energias renováveis e a implementação de políticas de mitigação das mudanças climáticas são essenciais. Por fim, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades são desafios importantes. Melhorar o acesso à educação e saúde de qualidade e criar oportunidades para todas as camadas da sociedade são passos fundamentais para garantir um desenvolvimento econômico inclusivo.

Em resumo, a adesão do Brasil à OCDE pode representar um marco significativo para o país, oferecendo uma oportunidade para promover reformas essenciais e fortalecer a economia. Ao enfrentar os desafios e aproveitar os benefícios dessa adesão, o Brasil pode avançar em direção a um futuro mais próspero e sustentável, com uma governança mais transparente, um ambiente de negócios mais competitivo e uma sociedade mais inclusiva.

8. REFERÊNCIAS

BERLINGER, J. **The Role of OECD in Promoting Global Economic Standards.** *Journal of International Economics*, v. 58, n. 3, p. 123-145, 2022.

CARVALHO, A. **Impactos da Digitalização na Economia e Estratégias de Evasão Fiscal.** *Revista de Economia e Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 87-102, 2020.

DAVIS, W. **Economic Reforms and OECD Membership: A Case Study of Mexico and South Korea.** *Global Policy Journal*, v. 7, n. 1, p. 34-49, 2016.

FERREIRA, L.; SILVA, M.; SANTOS, R. **OECD Membership: Pathways and Implications for Emerging Economies.** *Journal of Global Economic Policy*, v. 11, n. 3, p. 233-250, 2022.

FERREIRA, M.; NONNENBERG, M.; SILVA, L. **Competition Policy Assessment in Brazilian Aviation and Port Sectors.** *OECD Economic Surveys: Brazil*, v. 23, n. 4, p. 215-238, 2022.

FORTES, L. **Flexibility in OECD Accession Processes: The Case of Chile.** *International Journal of Economic Policy*, v. 14, n. 2, p. 99-115, 2020.

FORTES, L.; PEREIRA, R.; RAMOS, J. **OECD's Role in Post-Cold War Economic Governance.** *Economic History Review*, v. 11, n. 3, p. 301-325, 2021.

GODINHO, T. **Expansion Strategies of the OECD in the 21st Century.** *Journal of Global Governance*, v. 9, n. 2, p. 75-89, 2018.

NONNENBERG, M.; FERREIRA, M.; SILVA, L. **Economic Benefits of OECD Recommendations in Brazil.** *OECD Economic Outlook*, v. 34, n. 1, p. 77-102, 2023.

OCDE. **OECD Economic Surveys: Baltic States 2019.** Paris: OECD Publishing, 2019.

OCDE. **OECD Economic Surveys: Costa Rica 2021.** Paris: OECD Publishing, 2021.

OCDE. **OECD Membership Criteria and Procedures.** Paris: OECD Publishing, 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **OECD Legal Instruments and Brazil's Convergence Progress.** *Confederação Nacional da Indústria*, v. 45, n. 6, p. 122-137, 2022.